



Câmara Dos Deputados

REQUERIMENTO Nº , 2013

(Do Sr. Walter Ihoshi – PSD/SP)

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno desta Casa, que, ouvida a Mesa, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda que informe as motivações da edição da Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, publicada no DOU em 17/9/2013, e da manutenção do Regime Tributário de Transição (RTT), que já está em vigor há cinco anos.

JUSTIFICAÇÃO

As normas contábeis internacionais foram adotadas no Brasil a partir de 2008, momento no qual a Receita Federal teve importante papel, contribuindo para esse processo de modernização. Foi, em decorrência, criado o chamado Regime Tributário de Transição (RTT), pela Lei nº 11.941/2009, com vistas a neutralizar, para fins fiscais, as modificações contábeis no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas.

Entretanto, de forma surpreendente, foi publicada no DOU, em 17/09/2013, a Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16/9/2013, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que manteve o RTT, criou obrigações acessórias e trouxe novas interpretações do tratamento tributário. Uma dessas obrigações refere-se à obrigatoriedade de a pessoa jurídica gerar ao mesmo tempo duas escriturações contábeis, uma seguindo as regras fiscais nacionais e outra seguindo as modificações nas técnicas contábeis adotadas no Brasil em adequação às normas internacionais, em observância ao disposto na Lei nº 11.941/2009.

Dessa forma, a referida IN produzirá três efeitos negativos: o desnecessário e substancial aumento de custos que dificulta as atividades empresariais ampliando o “custo



Câmara Dos Deputados

Brasil", o desincentivo ao investimento em sociedades de capital aberto, dificultando a geração de empregos e riquezas ao País, e o grave dano à imagem do Brasil no exterior por acarretar perda de credibilidade e transmitir a sensação de insegurança jurídica.

São essas Senhor Presidente as razões que me levam a apresentar o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de outubro de 2013.

Deputado Walter Ihoshi

PSD/SP